

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL) – Comunicação de Líder:**

Boa tarde, vereadoras, vereadores, público que nos assiste na TVCâmara, público que nos assiste nas galerias. Primeiramente eu queria saudar os mestres aqui presentes, detentores da nossa cultura, do nosso patrimônio, saudar também a iniciativa da Fegam de estar trazendo para cá essa homenagem ao Dia do Capoeirista. Eu sei que muitos de vocês já devem conhecer essa história, mas eu acho que é importante neste dia estarmos lembrando aqui a

construção da Semana Municipal de Capoeira de Porto Alegre, enquanto uma política pública de Estado, e inclusive eu, enquanto jovem capoeirista, discípula do Mestre Farol, do grupo de capoeira Guerreiros, fiz parte, bem novinha, com 16 anos, que muito contribuiu para a minha formação humana, de valores, para a minha formação política e para a minha formação militante.

A ideia que se tem da Semana Municipal de Capoeira, enquanto uma política de Estado, se iniciou da experiência dos quatro fóruns gaúchos de capoeira que aconteceram entre 1999 e 2005. Dessa articulação do fórum, que foi puxada pela Federação Gaúcha de Capoeira, vem a ideia de estar pautando, enquanto uma política concreta no Orçamento Participativo, foi um movimento, essa experiência política no movimento capoeirista, muito importante no sentido de experimentarmos esse fórum político, mas também a gente via muita limitação da nossa autonomia estar sempre subordinada, enquanto movimento de capoeira, a um apadrinhamento ou ao amadrinhamento de algum gestor político ou de algum parlamentar; a necessidade de romper e superar a questão de ser uma política de governo e estar pautando uma política de Estado. É dessa articulação, é dessa ambição que nasce a ideia de ter uma Semana Municipal de Capoeira e a conclusão de que a tornando uma lei municipal seria um compromisso de qualquer partido político, de qualquer gestor público a garantia da manifestação do evento com estrutura, com investimento e com democracia. Então, ela é idealizada pelo Mestre Farol, dentre outros mestres que também compuseram esse movimento, a Semana de Capoeira então, precisava ser concretizada enquanto uma legislação. Foi, então, que entrou em cena a jornalista Santa Irene Lopes, que fez essa mediação entre movimento da capoeira, Federação Gaúcha de Capoeira e parlamento, na figura do Raul Carrion, que era vereador da Casa, e dessa articulação nasceu a Lei Municipal nº 8.940, em 08 de julho de

2002, que cria a Semana Municipal e também a insere no Calendário Oficial da Cidade – de 1º a 08 de agosto. E o que era a Semana Municipal da Capoeira? No nosso entendimento, ela era uma oportunidade, porque todo o investimento era revertido para os próprios capoeiristas organizarem oficinas, palestras. A gente, que é do movimento da capoeira, sabe como é difícil a gente ter a nossa profissão, a nossa categoria valoriza. Também, era uma oportunidade para a gurizada, lá da periferia, da vila, porque eram descentralizados os eventos, estar conseguindo acessar, conversar e, inclusive, jogar com mestres antigos de outras regiões do País, de outras cidades. Lembro-me de que foi numa semana municipal da capoeira que tive a oportunidade de conhecer o Mestre Churrasco, o Mestre Kall, o Mestre Índio, a Mestra Janja. Era uma oportunidade da gente, enquanto movimento, conseguir debater o que é ser capoeirista, para além de transformar a nossa cultura, o nosso patrimônio em mera mercadoria. Eram espaços de divergências, de troca de ideias, eram espaços, também, de convergências e, sobretudo, de fortalecimento nosso, enquanto capoeiristas e, também, enquanto grupos de capoeiras. Infelizmente, essa lei foi revogada em 2010, no Governo Fortunati, e sem resistência, ou seja, a gente retrocedeu no nosso entendimento de política pública que tem de ser garantida com verba nossa. Eu, quando digo verba nossa, digo que são os nossos impostos revertidos para as nossas necessidades. O evento, também, se insere no calendário municipal da cidade sem esse compromisso desse investimento que, para nós, é tão caro e tão importante para a continuidade da nossa manifestação cultural. Acho que ter esse fio da história é para a gente entender que foi uma construção coletiva de diversos grupos de capoeira, coletivos, escolas da regional, da capoeira da rua, da capoeira de angola, de negros, de brancos, de mulheres, de homens, de velhos, de jovens. E acho que a gente ter esse entendimento, acima de tudo, de que a capoeira, para nós, é uma luta por libertação, é uma luta por justiça social. E, nesse momento que a gente está vivendo, um momento de resistência, é importante a gente resgatar esses valores. Então, a gente está resistindo ao fechamento das escolas, estamos resistindo a essa guerra está instaurada dentro das nossas comunidades, estamos resistindo contra o genocídio de lideranças indígenas, de lideranças quilombolas. Estamos resistindo contra a venda do nosso patrimônio público, estamos resistindo pela nossa memória e pela nossa versão da história. E, para finalizar, ao falar em memórias, quero saudar a memória do mestre Moa Moa do Katendê, que foi assassinado no início desse ano, por

causa de vários atravessamentos que perpassa pela figura de um homem negro, pobre, periférico, capoeirista, mas que também foi atravessado por essa situação política polarizada e de ódio que a gente está vivendo. O mestre Moa é um reflexo dessa polarização que está fazendo pobre matar pobre, trabalhador odiar trabalhador. Mais do que nunca, essa perspectiva da capoeira de resistência tem um compromisso de levar esses valores de humanidade, o entendimento do que está acontecendo, o entendimento da venda do nosso patrimônio público, o entendimento para onde as coisas estão indo, e ter um compromisso com a nossa cultura, com o povo oprimido, e se a gente tiver que odiar, que seja esses que nos oprimem e esses que nos exploram. Era isso. Obrigada.

(Texto sem revisão final.)